

## Por uma trans internacional intensiva\*

Luiz B. L. Orlandi [1]

---

14/08/2018 - [1] Luiz B. L. Orlandi é professor doutor aposentado do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Traduziu várias obras de Deleuze: *Empirismo e subjetividade* e *bergsonismo* (ambas pela Editora 34), *Diferença e repetição* (em conjunto com Roberto Machado, saído pela Editora Graal), *A dobra: Leibniz e o barroco* (pela editora Papyrus) e coordenou, também, os trabalhos de tradução de *A ilha deserta e outros textos*. Textos e entrevistas (1953-1974), organizado, na França, por David Lapoujade, e publicado em 2006 pela Editora Iluminuras. Pela Editora 34, fez a tradução brasileira de *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*, escrito a quatro mãos por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Realizou também a tradução de *Cartas e outros textos*, edição preparada também por Lapoujade, publicada pela N-1 Edições.

\*Retomo aqui palestra que fiz no dia 27/06/2018, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), durante o 11° Conferência Internacional Deleuze-Guattari: “Microrrevoluções e políticas e desejo: máquinas de guerra contra fascismos”. Agradeço à Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, e aos membros do Comitê Organizador, presidido por ele, pela amabilidade desse honroso convite.

---



À Marielle Franco (1979-2018),  
ao Anderson Pedro Gomes (1979-2018)...

Inicialmente, para evitar confusões, peço que o título desta fala, *por uma trans internacional intensiva*, não seja entendido como proposta de um manifesto a ser assinado pelos participantes desta *Conferência*. O título quer manifestar outra coisa: um pedido. Ele pede que cada um de nós faça a si próprio uma pergunta que penso ser deleuzeguattariana, dado que nosso encontro implica o pensamento de Gilles Deleuze [1925-1995] e Félix Guattari [1930-1992]. A pergunta é esta: **do cipoal das intersecções de multiplicidades que compõem o dinamismo da minha realidade, que posso fazer por uma trans internacional intensiva de lutas minoritárias?**

E, por lutas minoritárias, não se está, aqui, entendendo apenas as que batalham por uma

extensão de direitos já conquistados, ou seja, por uma inclusão de viventes à dimensão protetora de direitos dos quais encontram-se excluídos até agora. Essa extensividade capaz de incluir é importante, mas não basta. As lutas minoritárias já batalham pela abertura de novas dimensões. São dimensões intensivas batalhadoras por novos direitos, sim, posto que visam, por exemplo, desfundar ancoradouros conservadores de opressivos arcaísmos sociais, como, por exemplo, o do mandonismo de famílias que, no Brasil, se reiteram nos mais variados blocos de poder. Mas as dimensões intensivas de lutas minoritárias já estão dando sinais de serem deflagradoras de diferenciações inauditas, de serem cada vez mais capazes de provocar desfundamentos os mais inesperados, não determinados apenas pelas barreiras que perduram como inibidoras de fluxos mais interessantes de vida. São dimensões intensivas que, potencialmente, pulsam em cada vivente, e pulsam no sentido de conquistas de novas superfícies de vivências alternativas em todo e qualquer território, em todo e qualquer mini poder. Em seus lances de efetiva criação, ciências, artes e filosofias não cessam de emitir sinais no sentido de uma intensificação que de modo algum é monopólio delas, posto que a potência criativa dos desfundamentos já é o de uma natureza que os viventes redistribuem como questionamentos vitais.

Esta fala poderia encerrar-se agora, dando uma possível resposta à pergunta feita anteriormente: faço algo por uma internacional intensiva toda vez que evito jogar um saco de plástico na rua, no rio, no lago, no mar, numa fogueira etc. Outra resposta consiste em agradecer a presença de vocês, pois ela intensifica um certo internacionalismo

filosófico, marcando-o como conquista de colaboração, de respeito mútuo e de um alegre VIVA ao slogan deleuzeguattariano: *sentir e pensar a diferença*, o que, para mim, significa potencializar ainda mais a perspectiva de um “viver em comum”, tal como tematizado por Aquille Mbembe em sua *Crítica da razão negra*. Com isso, esta fala já poderia encerrar-se. Porém, duas palavrinhas – *internacional e intensiva* – obrigam-me a resumir um delírio histórico e mundial, delírio inseparável do que acontece realmente por aqui. Gostaria, portanto, que vocês tomassem esta fala como jatos isentos de pretensões teóricas. São impulsos aos quais sou lançado por um disseminado pedido de socorro, pedido que ressoa em mim, mas certamente próprio dos que sofrem neste vasto e golpeado território chamado Brasil. Como não temos um Uno que nos acuda, e como não queremos representantes de algum Uno suplementar, os pequenos ou grandes multicaminhos que nos restam são aqueles abertos por intensivas singularidades nômades, ou “passantes”, como quer Mbembe, singularidades muito mais universais, justamente pela virtude que elas fazem brotar, a da comunidade dos afetos libertários.

A expressão *por uma trans internacional intensiva* implica fissuras entre planos temporais de tensões e distensões, acontecimentos sentidos em distintos graus de intensidade; alguns deles afetavam a sensibilidade graças a fortes ressonâncias de um internacionalismo plural de lutas libertárias. Não era incomum viver a experiência de sensações tornadas alegres pelas práticas militantes orgulhosas de si, orgulhosas enquanto visavam a possibilidade de suscitar afetos interessantes em função de camaradagens voltadas para novas perspectivas de vida.

Havia um desejo intensificando lutas e buscas por aliados em toda parte, nos centros acadêmicos, congressos estudantis, nos sindicatos, em ligas camponesas no mundo rural. Lia-se um jornal de esquerda [*O Semanário: 1956-1964*], ligado a uma combativa “frente parlamentar nacionalista” sufocada pelo golpe militar de 1964 [Cf. Leonardo Brito, *A Imprensa Nacionalista no Brasil*. Paco Editorial, 2011]. Houve também o jornal *Última hora*, igualmente acusado de esquerdismo pró soviético. Pessoas mais jovens liam um semanário dito paradoxal chamado *O Pasquim*. De repente, descobrimos que nos escapava muita coisa vivida por outros. Nossa percepção foi navalhada por uma leitura de textos inesperados, como os diários escritos por uma negra habitante da Favela do Canindé, em São Paulo. Diários recolhidos por um defensor de direitos humanos, o combativo jornalista Audálio Dantas, falecido recentemente. Foi por ler esse diário que muitos entraram em contato com uma expressão direta da experiência da fome. *A fome é amarela*, dizia a autora, Carolina Maria de Jesus [*Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ed. Francisco Alves, 1960]. Ao juntar a leitura dessa experiência ao que já líamos em *Geografia da fome* [Josué de Castro, CEN, 1946] nossa luta se envolveu com uma realidade mais cruel, de modo que voltou a impor-se uma palavra de ordem já presente no passado: é preciso acabar com a fome no Brasil. Demorou trinta anos para um macro partido político, o PT, assumir essa perspectiva enquanto ocupou a presidência da República, ocupação todavia fragilizada por alianças eleitorais, por concessões que se mostraram desastrosas e por articulações de poderes periodicamente à espreita de oportunidades golpistas.

Em certo momento, quando o leque de lutas minoritárias já estava forçando a abertura de perspectivas mais entrosadas com a multiplicidade de problemas, houve o que houve. Que houve? Houve aquilo que sempre nos ameaça, desde a primeira missa, aquela de 26 de abril de 1500, tapeadora de índios e índias ali reunidos por invasores, e sem o romantismo do quadro de Victor Meireles, de 1861. Houve um ofensivo jogo de cores, uma ofensiva ironia: o amarelo foi juntado ao verde da bandeira brasileira, em 2016, por uma canalha e global onda golpista restauradora da fome. Portanto, somos relançados à obrigação cidadã de reatualizarmos aquela palavra de ordem num País de elites engajadas, desde 1500, na instauração e restauração de degradações da vida dos explorados e dos já sucateados.

Ora, não é agradável lutar sempre pela mesma coisa. Lutas mais atuais, como as minoritárias, como as da salvação do planeta Terra, tão decisivas para o conjunto da humanidade e dos demais viventes, essas lutas ficam parecendo um luxo neste País política e eticamente retardatário. Retardatário? Não. Ele, o País, não é. Talvez nem as nossas chamadas elites sejam retardatárias. Essas elites se repetem, mas talvez não sejam retardatárias. A cada ocasião propícia, elas são, isto sim, RETARDADORAS, ativamente retardadoras. A cada conquista popular, mesmo que lhes seja rentável, elas entram em conluíolos retardadores. Elas se irritam facilmente com novos ares que não ventilem a seu favor, irritam-se até mesmo com este ou aquele volteio da cidadã doméstica que elas imaginam poder domesticar. É possível que Joaquim Nabuco [1849-1910] tenha razão ao falar da durabilidade da mente escravocrata.

Sendo assim, os conluios retardadores dessas elites talvez tenham, realmente, como fio condutor, o caráter retardatário de uma mente escravocrata. Eiticamente embrutecidas, parafusadas em poderes de assalto às riquezas e aos negociáveis poderes midiáticos, judiciários etc, essas elites deixam rastros lamentáveis em certas maneiras de opinar, maneiras distribuídas a estratos financeiramente remediados da população. O pluralismo dos esforços cognitivos é de curto voo e mal distribuído, seja pelo domínio de interesses financeiros sobre setores educacionais, seja pelo besteirol religioso explorador dos medos, besteirol disseminado por peritos administradores de crenças, por espertos oradores e por insinuantes gesticuladores teatralizados, capazes de esboçar, sob holofotes, os caminhos de ascensão ao divino, ao divino esplendor do ouro e dos cargos públicos. Quadro tenebroso, equivalente ao das televisões, dos jornalecos e revistecos.

Não é benéfico à sensibilidade sofrer, como cortes dolorosos, o vai-e-vem dos pêndulos marcando as passagens do tempo vivido no Brasil dos golpistas. E não é benéfico passar por um espaço e nele correr o risco de quase sempre perceber sinais de presença de cúmplices dessas retardadoras elites. E para a sensibilidade de uma pele negra, a intensidade dos perigos chega a níveis insuportáveis num Brasil perito na prática da violência policial militar de Estado. É o que se vê por aí e o que se lê, por exemplo, em “Feridas de uma herança dolorosa” [Vinicius Santiago e Carla Rodrigues. em *Cult*, nº 232, 40-43]. Tornou-se cada vez mais necessário desconfiar do envolvimento de canais de rádio, televisão e de jornais com o próprio golpismo e seus dejetos. O sentir e ver rastros dessas elites

gera um asco que, por si só, assessora um neo separatismo social. É difícil não perceber o quanto os atuais mandatários insistem na perpetração do que há de pior em termos de governança e o que há de mais devasso em termos da assaltos às riquezas naturais do território nacional. Para a maioria da população, é desastrosa a exposição cotidiana a problemas que criam uma vivência de depressivos estados corpóreos e clínicos. Em troca, podemos criar variações afetivas, passar por sessões críticas propiciadas pelo contato mnemônico com anarquismos interessantes, seja pela participação em plurais manifestações de esquerda, pelo acompanhamento de mídias críticas, pela leitura de algumas revistas como [*Le monde diplomatique Brasil, Cult, Piauí, Carta Capital...*], pelos trabalhos acadêmicos, mas também jornalísticos de corajosa carga crítica, como o de Paulo Henrique Amorim [*O quarto poder - Uma outra história*. Hedra. 2015] etc. Porém, a linha de fuga que atrai, até esquizofrenicamente, é a recuperação do pleno respeito à constituição de 1988 e a aprovação popular, nas eleições de outubro próximo, de um conjunto programático de esquerda. Muitos achamos importantíssimas as iniciativas pela libertação de Lula e inspiradores os movimentos sociais, bem como o inovador programa eleitoral de Guilherme Boulos.

Outra linha de cura clínico/crítica, especialmente para velhos nascidos brasileiros, está ligada a reapreciações de fatias do passado, como certos acontecimentos em meio a revoluções, acontecimentos qualitativamente irredutíveis a manobras golpistas dos tipos brasileiros de 1964 e 2016. Aqueles outros, entretanto, surpreendem a memória, percutem como se não fossem velharias cronológicas, mesmo estando muito longe no

tempo dos relógios. Surpreendem pelo que neles cintila como sensação de eternidade. Percutem como se fossem dotados de uma estranha necessidade de repetir-se, embora diferentemente, mesmo porque o que neles intensificava era um devir que nos instiga a lutar toda vez que os sucessivos presentes forem maltratando as possibilidades de futuros mais dignificantes da vida. Que cintilação é essa? Não é precisamente o do metal ouro, mas pode ser, de certo modo, o brilho dos tesouros encontrados por um jovem, Edmond Dantès, depois que ele conseguiu escapar da prisão onde ficara, ao ser injustamente condenado por um crime não cometido por ele. Com a posse do tesouro, Dantès criou para si a máscara de um *conde de Monte Cristo*: [Romance francês de Alexandre Dumas pai. 1844-46]. O importante, nesse romance, é uma divertida aventura de justiça recuperada, coisa de que necessitamos neste Brasil de hoje. Outra cintilação, também portadora de uma necessidade de repetir-se diferentemente, é a de uma ética conceitualmente forte na filosofia política de Deleuze e Guattari. Ela nos incita a *enfrentar*, a *dominar* e a *administrar o problema* que nos faz escravo de outrem, de modo que, sem a efetuação desses infinitivos, continuaremos escravos. Que exemplo temos na história brasileira de uma decisão como essa? Não são poucos, mas uma delas traz um brilho especial desde o século 17. Pode-se fazer a experiência de sentir um sinal dessa cintilação toda vez que se vê e lê *Angola Janga - Uma história de Palmares* [HQ de Marcelo D'Saete. Ed. Veneta, 2017], e também quando se ouve um samba enredo vitorioso em 1988, *Kizomba*, Festa da Raça [Martinho da Vila. Escola de Samba da Vila Izabel. RJ].

É claro que precisamos distinguir algumas coisas. Certas ressonâncias duram, mesmo depois de rearticulações sofridas por revoluções havidas no século vinte, como a soviética de outubro de 1917; a chinesa, vitoriosa em 1949; a cubana, vitoriosa em 1959. As ressonâncias libertárias não desaparecem, porque elas saltam de *processos* intensivos de luta. Entretanto, a valoração dos *programas* revolucionários, relativamente bem acolhidos no início, passam a sofrer reavaliações quanto ao alcance efetivo deles ao longo do tempo cronológico de suas efetuações. Além disso, a apropriação autoritária daquilo que fora transmutante gera ódios entre os vitimados, vinganças atrozes, onde medram intensidades assassinas, fascistas, todo um campo de recuos, dificuldades, compromimentos esquisitos, disputas menores, tudo o que se pode tomar como matéria para as análises guattarianas de grupos, por exemplo. Enfim, tudo o que salta como acontecimento notável implica um estado de coisas do qual ele saltou e, além disso, ele sobrevoa outros estados de coisas, subsequentes, mas que não se confundem com o próprio acontecimento enquanto processo, pois não passam de efetuações, ora coextensivas ao processo, ora excessivamente precárias, a tal ponto que suscitam atualizações anti programáticas, como ocorreu com a ideia de ditadura do proletariado, aquela da palavra de ordem 'todo poder aos soviets'. Uma atenção minuciosa a isso tudo implica o trabalho analítico e questionador dos historiadores, geralmente condenados a devassar os estados de coisas que antecedem e sobram dos acontecimentos. Uma espécie de lado triste e às vezes sem graça da história.

Parece que esse lado sem graça se junta a uma atmosfera de predominância, até mesmo intelectual, de binarismos mal ajustados em dialéticas apressadas, aventureiras, como dizia Merleau-Ponty [*Les aventures de la dialectique*. Gallimard. 1955]. O que essa crítica já percebia era a necessidade de uma atenção às variações de múltiplos micro poderes, variações desafiadoras da submissão da diversidade social, política etc a um modelo de contradição dita principal, modelo que, entretanto, parecia suficiente, no Brasil, para assessorar alianças políticas em prol de um nacionalismo desenvolvimentista. Ora, quando o golpe militar de 1964 derrota o lado popular/esquerdista desse nacionalismo, tornou-se por demais visível o quanto era mentalmente fajuta a dita contradição principal que punha, de um lado, interesses operários, burgueses e camponeses e, de outro lado, o imperialismo e o latifúndio. Esse quadro não deixava de ter sua verdade enquanto correspondia macroscopicamente a diferentes interesses, a consciências desses interesses e a necessidades até mesmo comprováveis. Todavia, ele não suportou a realidade dos atritos internos a ele, não suportou a ebulição de micro poderes internos e externos a ele, e também as defecções internas tecidas pelos fluxos do capital industrial e do capital financeiro nacional e internacional. Com o golpe militar de 1964, o nacionalismo se recolheu tanto, que a aliança com o imperialismo econômico e militar, do tipo ocidental, virou coisa natural, a tal ponto que a própria CIA, em decorrência dos seus íntimos elos com procedimentos execráveis no Brasil, fornece-nos informações que nos dão a conhecer assassinatos horrendos ordenados pelos dois últimos militares ocupantes da série ditatorial brasileira.

Em contrapartida, tivemos uma espécie de série de manifestações democráticas que culminaram em 1988 na nova constituição. Sim, foi intenso, emocionante. Uma série de efetuações dessas intensidades, naquela Constituinte de 1988, continua como importante aliada para os que lutam, hoje, contra medidas acionadas pelos golpistas atuais: negociatas desnacionalizadoras das riquezas do País; quebra de direitos anteriormente conquistados pelo povo; medidas comprometedoras da saúde popular, medidas contrárias à educação pública, medidas criadoras de desemprego etc.

Além da feiura psicológica dos mandatários atuais, há um crescente entrosamento de poderes capazes de atravessar e recombinar a seu modo uma variedade de estados de coisas e uma diversidade de estranhas subjetividades. Essas coisas ressoam, sorvem, servem, co-operam linhas de fluxos capitalistas, marcadas, entretanto, por uma espécie de mau gosto estético. E também assimilam ou disseminam recombinações parasitárias de linhas de força, de modelizações de subjetividades tornadas mercadologicamente funcionais. São entrosamentos capazes de desviar finalidades até mesmo de outro poder tido como mais poderoso, poder que parece ter virado as costas à virtude dos pracinhas que lutaram contra fascismos. Com efeito, a malha de cooptações se torna repentinamente muito visível em seu poder de reorientar o que parecia ou deveria ser a tendência orientadora do próprio poder militar. A tendência desse poder desviou-se de uma necessária virtude para estados de desvirtuamentos: a virtude, às vezes sentida e praticada – como nas atitudes do marechal Lott – correspondia a uma função verticalmente patriótica, qual seja, a função

militar de proteção respeitosa da soberania democrática do povo e do direcionamento da exploração das riquezas do território nacional para o bem desse próprio povo. Essa virtude, ou era frágil ou entrou em queda vertiginosa. Sente-se um deslocamento dessa tendência virtuosa, um triste deslocamento, triste para quem, junto com outros, se sentia pertencer a um território comum a muitos, território a ser desterritorializado, sim, mas no sentido de desfundações, de redimensionamentos, de virtualizações disseminadoras de novos possíveis para os viventes nele e dele. Porém, o deslocamento dessa hipotética tendência, o deslocamento hoje vigente não tem grandeza comunitária. Ele é degradante, degrada não apenas a posse deste ou daquele minério, ele degrada o modo de se viver junto em prol de coisas e mais coisas conversadas conjuntamente na perspectiva da solução dos problemas fundamentais dos viventes nesse território. Ele degrada o próprio desejo como princípio que se reitera nos mutirões criativos de mundos potencializadores da vida, mesmo que sejam mundos circunstanciais. Esse poder degrada sua virtuosa tendência ao deslocar-se para as funções de repressão do seu próprio povo, para as funções facilitadoras das transações prejudiciais à vida dos viventes. E mais, ele acentua perigosamente essa degradação quando soldados e oficiais fardados mal se distinguem de títeres de agrupamentos e reagrupamentos de poderes golpistas que preservam a mentalidade escravocrata no Brasil de hoje [Cf. Jessé Souza, *A Elite do atraso*. Ed. Leya, 2017]. Degradando em demasia sua tendência democrático republicana, tendência já várias vezes desvirtuada, o deslocamento não faz desse poder militar, jurídico etc uma restauração da mente escravocrata dos caçadores de escravos?

Acabo de rever o filme brasileiro chamado *Joaquim* [2017, direção de Marcelo Gomes], e lá de longe, do meu passado infantil, me veio a lembrança de uma professora ter dito que a valoração histórica do heroico patriotismo de Tiradentes [Joaquim José da Silva Xavier: 1746-1792] fora promovida pelo exército brasileiro, já que esse Joaquim da Silva fora alferes, uma patente de oficial abaixo de tenente. Acontece que a intensidade ressoada por esse filme é que deveria reorientar a apropriação militar desse heroísmo. Por uma razão, pelo menos: é que, em fuga, por ter sido traído por correligionários de camada social mais elevada, Joaquim diferencia a perspectiva de sua batalha. Ele abre uma nova dimensão intensiva ao entrar numa conexão com a mulher que ama, uma negra fugitiva já engajada em sua própria luta auto afirmativa. Ou seja, Tiradentes engajava-se numa luta minoritária que prossegue, claro que sem o apoio zombeteiro dos que estão aquém de sua virtude.

A rigor, é como se vivêssemos à reboque de um hegelianismo decrépito, aquele ao qual o próprio Hegel, então já avançado em idade, aderiu quando aceitou a escravização praticada pela Europa contra povos colonizados por ela; essa decrepitude foi chocante, considerada por estudiosos como intelectualmente injustificável. Por que injustificável? Injustificável em face de uma recriação conceitual tentada por Hegel, quando jovem, a propósito do problema do reconhecimento mútuo entre consciências. Ele extraiu a necessidade desse reconhecimento graças a lutas historicamente reais, levadas a cabo por escravos contra senhores durante uma revolução inaugural, a revolução anti escravista ocorrida no Haiti no final do século XVIII [Ver Susan Buck-Morss, *Hegel and Haiti*. 2000. *Hegel e o*

*Haiti*. Tr. de Sebastião Nascimento. n-1.]. O jovem Hegel deve ter vivido aí seu momento de extrema intensificação criativa. Mas por que tornou-se possível chamar de “pacificadora” sua “dialética”? [Lebrun, “A dialética pacificadora” em *A filosofia e sua história*, pp. 89-127, Cosacnaif, 2006]. Por decrepitude ou por insuficiência da própria ideia de “reconhecimento”? Os encontros intensivos não se reduzem a reconhecimento mútuo de consciências, pois implicam intensivas avaliações de forças em conflito. É preciso pedir socorro a intensivas alianças em máquinas de guerra contra fascismos.

Na descoberta do Brasil, em 1500, o primeiro pedido de socorro, que as florestas já ouviam de humanos, pode ter sido aquele lançado por tribos indígenas que, lutando entre si, talvez estivessem afastando um inimigo mitologicamente chamado Inca ou, então, o inimigo pressentido, um certo Estado. Camuflada com a primeira missa, a chegada de um certo Estado já se fazia sentir como capitalismo mercantilista, aliás devastador do Pau Brasil, uma árvore que cresce muito lentamente, como testemunho a cada vez que revejo uma que plantei há cerca de vinte anos. Em 2016, com o golpe, agora sem a cumplicidade papal, felizmente, o que sofremos vem da presunção escravocrata funcionando ao sabor de uma ideia de mercado concretizada em fluxos do capital financeiro. Visto de cima para baixo, o cenário criado pelos assaltantes é o de um adeus ao povo. Cá embaixo, entretanto, não queremos cenários românticos e nem as alienações criadas pela cafajestagem das televisões. Sendo minorias, queremos lutas contínuas, pois, justamente por sermos minorias, somos a maioria carregada de problemas a serem gritados. Só precisamos provar que somos

capazes de não sermos escravos deles. Mas toda capacidade precisa de alianças. Daí meu pedido de socorro intensivo a cada intercessor habitante da terra e de outros planetas. Ajudem-nos a nos livrarmos dos modos como um conjunto de poderes se entrosam, no território dito brasileiro, contra o povo desse território. Não se trata de patriotismo abstrato fardado ou não, embandeirado ou não. Mas também não se está pedindo uma invasão de potência estrangeira, embora toda ajuda diplomática ao nosso povo será decisiva, o que de certo modo já está acontecendo com a desmoralização internacional dos golpistas. Um sorriso do Papa Francisco ao Lula da Silva é um socorro intensivo. Todo aquela maravilhosa participação nos “bom dia Presidente Lula” é um contínuo socorro intensivo; é intensidade feliz aquela foto em que Lula ganha uma ascensão nos braços de um povo multicolorido; é socorro intensivo a advocacia investida na denúncia das atuais negociatas sofridas pela Petrobrás; é socorro intensivo a luta de Manuela Dávila do PCdoB pela unidade da esquerda; são socorros intensivos as visitas do ex-presidente do Uruguai, José Mujica; os movimentos sociais são socorros e mais socorros que nos salvam do pior; é socorro intensivo a luta dos advogados da redemocratização; e é um recente socorro que ganhamos com a eleição de Andres Manuel Lopez Obrador para Presidente do México. Todas as lutas midiáticas em defesa da democracia são socorros que nos chegam. Todos os esforços em defesa do planeta Terra são socorros intensivos. Etc. etc. etc. E uma eleição direta e insuspeita, com vigiadíssima contagem dos votos, também será um socorro intensivo. E mesmo um voto, ali sozinho no isolado da cabine, será um socorro intensivo nas próximas eleições, principalmente se não for dado a quem só

dispõe do ódio como proposta... não sujarei o texto com o nome dele, já que nem mesmo o teria guardado no bolso. Mas por que precisamos de infindáveis socorros intensivos?

### Em prol de microrrevoluções

Os humanos, complexos e imprevisíveis habitantes do planeta Terra, nunca deixaram de carregar em suas entranhas, em seus encontros com a matéria e outros viventes, uma pergunta colada aos movimentos de seus corpos e emoções. Há uma simples pergunta, certamente atuante já nos instintos dos outros viventes desse mesmo e tortuoso território: que fazer e como fazer para explorar e recriar condições de vida? Seja vírus, molécula, inseto, arbusto, animal ou gente, é em cada um deles que se impõe um vasto e intrincado questionamento vital. Esse questionamento reitera-se variadamente nos nomadismos ou paradeiros desses viventes todos, obrigando cada qual a revirar-se na ambiência do seu meio e a desvendar os mais disparatados sinais de uma caótica de percepções.

Sabemos que certas camadas de humanos, através de retomadas de aprendizados impostos a eles, ou por eles buscados, levaram suas técnicas de sobrevivência a níveis consideráveis. Entretanto, criou-se em cada vivente uma estranha cegueira relativa não só ao seu próprio questionamento vital como aos dos outros viventes. Primeiro, que aconteceu aos benefícios alcançados a cada nível de criação e produção entre os viventes? Esses benefícios tiveram sua distribuição submetida a decisões e indecisões de elites dominadoras ao longo das histórias de cada linhagem vivente. Procedimentos de dominação e exploração, os mais variados,

foram finalmente absorvidos, aperfeiçoados e transfigurados numa axiomática capitalista controlada por setores humanos. Trata-se de uma axiomática perita em sugar vidas quaisquer, mesmo quando opera em certos setores dirigidos aos cuidados com a saúde humana. Perita em apropriar-se de meios de criação e produção. Perita em mergulhar os mais variados poderes na viscosidade dos seus rentáveis campos operacionais, seja em futebol ou em golpes parlamentares, judiciais etc..

Trata-se de uma apropriação capaz de enredar os viventes nos próprios axiomas dela. Isso ocorre a tal ponto que, capturados por vastas redes de fluxos animados por determinada axiomática dessa apropriação, os viventes humanos, como que drogados, caem numa triste e ignorante indiferença a algo que agora lhes parece ser coisa de outros mundos, aqueles sinais de uma infância aberta aos naturais e históricos questionamentos de sua própria vitalidade. Essa axiomática é capaz de qualquer coisa, desde que rentável. Guerras, escravidões, servidões, explorações do trabalho e jogadas do capital financeiro acabam rendendo excedentes de boas vidas para alguns viventes e também para alguns animais de elevada categoria. E os outros viventes, inclusive humanos? Fazem parte do resto, a parte das minorias, as minorias que compõem a maioria, minorias cada vez mais postas como resto, resto a ser sucateado na perspectiva de sua utilidade como sucata.

É até claro e natural, portanto, que a vida germine alguma resistência da parte dos ameaçados de sucateamento. Por exemplo, são vitalmente dignas as lutas contemporâneas por melhores distribuições de renda monetária e pelo aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos. Entretanto, mesmo

quando essas lutas ocorrem sem conexão direta com movimentos e manifestações que dão ressonância aos problemas vividos pelos Negros, pelas Mulheres, pelos Índios, pelos Sem Terra, pelos Sem Teto, pelo Povo Sem Medo, pelos Estudantes, pelos outros viventes, enfim, pelo planeta etc, mesmo assim, mesmo sendo lutas pacíficas, tranquilíssimas, o que se evidencia, ao longo do golpe em andamento no Brasil, é um reacionário desrespeito dotado de um vergonhoso e ridículo arcaísmo.

Arcaísmo não só dos mais fortes meios de uma comunicação tornada suspeita. Decrépito arcaísmo da porção brasileira submergida na axiomática capitalista contemporânea. O que se impõe aos viventes habitantes do Brasil atual é um vergonhoso arcaísmo de vendilhões de riquezas naturais, de águas, de minérios, de petróleo... E isso é feito com base do custe o que custar aos viventes em termos de renda monetária ou de qualidade de vida, com base no custe o que custar à humanidade dos humanos enjaulados no trabalho ou desesperados no desemprego, com base no custe o que custar à arboridade das florestas postas à venda ou devastadas em prol de pastos para criação de gado e exportação de carne, com base no custe o que custar à própria democracia, ainda pseudo representativa, e da qual esse arcaísmo se apropriou, soterrando ainda mais a ideia de uma democrática representação que, a cada passo, consiga legitimar-se por um permanente estar em correspondência com problemas postos em pauta pelos chamados representados.

Diante desse quadro, e considerando nosso compromisso intelectual com a necessidade e o direito de pensarmos com radicalidade nossos problemas, seja em técnicas, em artes,

em ciências ou em filosofia, que perspectivas podemos entrever e as quais delas podemos prestar uma atenção mais detalhada? Buscamos, certamente, perspectivas capazes, não de entrar em guerra sangrenta contra essa axiomática, dado que esta fica mais poderosa com guerras desse tipo, mas perspectivas que, cientes e abertas a multiplicidades de mundos, nos mantenham aliados da vida, visto que esta é nossa única potência de diferenciação, a fonte heterogênea do nosso poder de questionar diferentemente. É nisso que vigora nosso múltiplo e alegre desejo minoritário.

As potencializadoras alianças com a vida nos dão uma alegria criativa. São as intensificações vitais e criativas as que buscamos experimentar nos encontros das diferenças que nos singularizam. São elas que nos dão uma alegria extremamente interessante, a alegria que também nos dá o que pensar. Uma alegria que perdura e nos incita a preservá-la e tomá-la até mesmo como critério de seleção das ofertas mercadológicas, laicas ou religiosas; essas ofertas que, separando-nos do questionamento efetivo dos nossos problemas concretos, tentam nos ligar a mundos que cultivam necessidades desnecessárias ou faltas irrisórias. São ofertas cúmplices do ridículo arcaísmo de uma axiomática também indiferente aos nossos nomadismos. É que, apesar de atizados por micro revoluções de aberturas de novos mundos possíveis, nossos nomadismos não são isolacionistas. Eles operam por experimentações através de encontros intensivos; encontros entre heterogêneos instigados por uma vitalização recíproca.

É este um resumo do objetivo do congresso a que nos ligamos, o congresso D&S Studies.